

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RITA DE CASSIA CARDOSO

GESTÃO DEMOCRÁTICA – A CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS
ESCOLAS PÚBLICAS DE CAMPO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.

CURITIBA
2013

RITA DE CASSIA CARDOSO

GESTÃO DEMOCRÁTICA – A CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS
ESCOLAS PÚBLICAS DE CAMPO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.

Projeto Técnico apresentado ao
Departamento de Administração Geral e
Aplicado do Setor de Ciências Sociais
Aplicadas da Universidade Federal do
Paraná, como requisito parcial para a
obtenção do título de Especialista em
Gestão Pública

Orientador: Prof. Marcelo L. Curado

CURITIBA
2013

A todos os educadores que acreditam
na construção de uma escola
democrática, pública e de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar forças em toda minha caminhada.

A toda minha família pela força desprendida por todo o percurso e em todas as conquistas.

Aos profissionais de educação, comunidade e alunos das três escolas que se disponibilizaram a contribuir com a pesquisa.

A todos que de alguma forma direta ou indiretamente colaboraram para construção deste projeto.

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.

Paulo Freire

RESUMO

O estudo relata a persistência da cultura conservadora religiosa na gestão das escolas de campo estaduais que se localizam no município de São José dos Pinhais no Paraná. O foco são as três principais escolas sediadas em bairros de cultura e tradições ucranianas e polonesas. O estudo descreve e analisa os dados de cada instituição de ensino, trazendo propostas para ampliar horizontes e construir uma gestão mais democrática. Observaram-se alguns avanços na participação dos profissionais de ensino que lecionam nestes estabelecimentos ao responderem as pesquisas, onde há coerência na exigência de parâmetros educacionais mais democráticos, com a tomada de decisão mais aberta com a participação de todos os segmentos do colegiado.

Em contrapartida, perceberam-se muitos traços de uma cultura religiosa que ainda se mantêm e que há pouca participação dos segmentos escolares na gestão das instituições. É quase inexistente o processo eletivo para diretores e predomina a pouca importância conferida aos espaços de participação como os grêmios, conselhos escolares e reuniões com responsáveis e professores.

Palavras-chave:

Gestão democrática - Educação no campo - Participação Efetiva

LISTA DE SIGLAS

APMF – Associação de Pais, Mestres e Funcionários.
CE – Conselho Escolar.
CEEBJA – Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos.
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.
DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Financeiros
ECA – Estatuto da Criança e Adolescente.
EIEF – Escola Integral Ensino fundamental
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
LDB – Lei das Diretrizes e Bases da Educação.
NRE – Núcleo Regional de Educação.
PARFOR - Programa Nacional de Formação de Professores
PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola.
PPP – Projeto Político Pedagógico.
PSS – Processo Seletivo Simplificado
QFEB – Quadro Próprio de Funcionários da Educação Básica
QPM – Quadro Próprio do Magistério
RAIS – Relação anual de Informações Sociais.
SEED – Secretaria Estadual de Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 APRESENTAÇÃO/PROBLEMÁTICA.....	1
1.2 OBJETIVO GERAL DO TRABALHO.....	1
1.2 OBJETIVO ESPECIFICOS DO TRABALHO.....	1
1.3 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO.....	2
2. REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA	2
2.1 A GESTÃO DEMOCRATICA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO PARANÁ.....	2
2.2 CONSELHOS ESCOLARES.....	3
2.3 PROJETO POLITICO PEDAGOGICO.....	4
2.4 CONSTRUÇÃO DA APMF.....	5
2.5 ELEIÇÃO PARA DIRETOR.....	6
2.6 GRÊMIO ESTUDANTIL.....	7
2.7 PROGRAMAS DE GOVERNO.....	8
3. METODOLOGIA	9
4. A ORGANIZAÇÃO	10
4.1 DESCRIÇÃO GERAL:.....	10
4.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.....	11
5. PROPOSTA	14
5.1 PROPOSTA GERAL.....	14
5.2 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA.....	18
5.3 PLANO DE IMPLANTAÇÃO.....	20
5.4 RECURSOS.....	20
5.5 RESULTADOS ESPERADOS.....	21
5.6 RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO-CORRETIVAS.....	22
6. CONCLUSÃO	22
7. REFERÊNCIAS	24
ANEXOS	26
APÊNDICES	30

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação/Problemática

O presente trabalho se dará nas Escolas Estaduais de campo da região no município de São José dos Pinhais, buscando diagnosticar a participação da comunidade dentro do cotidiano escolar, aplicando a gestão democrática em todos os seus segmentos, com a perspectiva de melhorias na aplicação de verbas e através da presente contribuição e participação da comunidade, verificando e implantando de forma eficaz o Conselho Escolas, da APMF e do Grêmio estudantil. Trazendo para dentro do ambiente escolar, não somente a presença dos pais e comunidade, mas o conhecimento e aplicação de uma gestão democrática, onde as escolas possuem os mesmos gestores há anos, desta forma inibindo os “vícios” de gestão adquiridos com o tempo e promovendo o interesse de outros professores e funcionários que possam atribuir nos próximos anos à função de gestor, com isso trazendo inovações e mudanças no perfil escolar das escolas de campo.

1.2 Objetivos Geral do trabalho

Através da pesquisa pretende-se traçar um parâmetro sobre a atual gestão democrática apresentada pelos setores de educação do Estado e a aplicada nas escolas de campo do município de São José dos Pinhais, são três escolas caracterizadas como área rural. Após a pesquisa bibliográfica se coloca em pratica a busca pela presença dos pais e comunidade no ambiente escolar, a pratica da gestão democrática, a efetiva participação do Conselho Escolar em todos os segmentos da escola, a atribuição da APMF e montagem de um grêmio escolar com ativa participação em colaboração com a gestão das escolas.

1.3 Objetivos específicos do trabalho

O principal aspecto da pesquisa toma relevância na busca da presença da comunidade na escola, a efetiva participação em programas de governo, a participação da APMF, a ativa atuação do Conselho Escolar e a montagem do

Grêmio estudantil como forma de auxílio a gestão escolar, também visa motivar a participação de professores e funcionários a tomarem frente à eleição de diretores nos próximos anos.

1.4 Justificativas do objetivo

Devido à gestão nas três escolas de campo da região de São José dos Pinhais, não possuir pleito eleitoral, os gestores que estão a algum tempo nos cargos não possuem uma visão democrática e com o tempo adquiriram “vícios” na administração, não ocorrendo uma distribuição da verba de forma coerente e não aproveitando Programas de Governo que visam à melhoria da qualidade do Ensino Público, restringindo desta forma a participação da comunidade e dos segmentos ativos dentro do colegiado, não motivando os outros professores e funcionários a participarem das decisões da gestão.

2. Revisão teórico-empírica

2.1 A gestão democrática das Escolas Estaduais do Paraná

A atual gestão democrática defendida pelo governo do Paraná tem embasamento na legislação referenciada pela Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. A gestão democrática aplicada na década de 1980 veio como forma de transformar a educação excludente e elitista vivenciada neste período, complementando em 2003 com governos que assumiram papéis democráticos e contrários ao neoliberalismo presentes na década de 1990, atribuindo novos conceitos a democracia, trazendo maior responsabilidade ao gestor escolar e a participação efetiva da comunidade no interior da escola, sendo assim criando espaço para uma educação de qualidade e um aprendizado efetivo da democracia.

*" A participação da comunidade na escola, como todo processo democrático, é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação."
(17 e 18 Paro)*

Essa gestão democrática é composta por alguns segmentos essenciais dentro das instituições de ensino: Constituição do Conselho escolar; Elaboração do Projeto Político Pedagógico de maneira coletiva e participativa; composição da APMF como forma de fiscalização da verba da escola pela comunidade escolar; divulgação e transparência na prestação de contas; avaliação institucional da escola e dos profissionais que a compõe, a eleição direta para diretor (a) e a formação do Grêmio estudantil como forma de ensinar a democracia aos estudantes em prol de colaboração em paralelo com a gestão das escolas. Segundo Gadotti (2002, p.35):

A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou, mesmo ainda, os meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática pais, mães, alunos, alunas, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola.

2.2 Conselhos escolares

O Conselho Escolar (CE) é formado por membros de todos os segmentos da comunidade escolar com a função de dirigir coletivamente a escola, de acordo com a LDB, lei nº 9394/96 no Artigo 14, que trata dos princípios da Gestão Democrática no inciso II – "participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes", colaborando ativamente para uma gestão democrática.

Desta forma, os Conselhos Escolares se fazem presentes para discutir problemas burocráticos, entre eles a vida escolar de um aluno até a aplicação da verba recebida pelo Estado. Discutindo politicamente os problemas com a participação de todos os membros ativos.

Para manter a função na íntegra do CE, Antunes (SEED, 1998) aponta alguns parâmetros importantes a serem considerados: natureza do Conselho Escolar deve ser deliberativa, consultiva, normativa e fiscalizadora.

As atribuições fundamentais se enquadram na construção do regimento interno; colaborar na efetiva concepção, aprovação, acompanhamento e avaliação do projeto político-pedagógico; auxiliar na criação de mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar; colaborar para definir e aprovar o plano de aplicação financeiro da escola; participar de outras instâncias

democráticas, como conselho regional, municipal, e estadual da estrutura educacional, para definir, acompanhar e fiscalizar políticas educacionais.

As normas de funcionamento e composição serão validas por um ano podendo ser prorrogado, onde o CE deverá se reunir com freqüência de acordo com a necessidade. A participação dos membros não gera ônus financeiro e serão validados os votos de 50% mais 1 dos presentes nas reuniões. A composição traz pelo menos dois membros de cada segmento escolar, sendo o diretor participante obrigatório do CE e composto por representantes da equipe pedagógica, coordenação, professores, alunos maiores de idade, pais de alunos, funcionários administrativos e serviços gerais, que serão nomeados através de eleição de seus membros e suplentes pleiteada na unidade escolar, por votação direta, secreta e facultativa.

2.3 Projeto político pedagógico (PPP)

De acordo com a LDB, o Artigo 12 dispõe: "Os estabelecimentos de ensino (..) terão incumbência de: (Inciso I:) elaborar e executar sua proposta pedagógica" e no Artigo 13 das incumbências dos docentes, o Inciso I lê: "participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino"; e o Inciso II lê: "elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino".

A Lei abre precedente para que seja produzido um Projeto Pedagógico com formação técnica, sem a abrangência política necessária para sua construção, cumprindo com o estabelecido pelo NRE e pela SEED, se tornando um instrumento burocrático de consulta em casos extremos.

Para que esse projeto político pedagógico cumpra com sua essência, há necessidade de clareza e de fácil acesso à consulta pela comunidade escolar, a participação deve ser voluntaria e deve haver o conhecimento necessário de todos os recursos financeiros para se obter êxito em sua construção efetiva.

Para reforçar a participação ativa de todos na construção do PPP, Resende (2007, p.92) afirma:

Um projeto político-pedagógico corretamente construído não garante à escola que a mesma se transforme magicamente em uma instituição de melhor qualidade, mas certamente permitirá que seus integrantes tenham consciência de seu caminhar, interfiram em seus limites, aproveitem melhor as potencialidades e equacionem de maneira coerente as dificuldades identificadas.

2.4 Construção da APMF

O marco histórico das constituições da APMF data no ano de 1895 com a criação de comunidades escolares caracterizadas como Caixas Escolares que eram instituições jurídicas, de direito privado, sem fins lucrativos e tinham como objetivo principal administrar os recursos financeiros da escola que seja recebido pelo Estado ou arrecadados pela instituição de ensino.

De acordo com o Art. 2º A APMF, ou similares, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos Pais, Professores e Funcionários do Estabelecimento de Ensino, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus integrantes e Conselheiros, sendo constituído por prazo indeterminado, podendo ocorrer a renovação das chapas a cada 4 anos ou no caso de alunos e pais de alunos cessarem o vínculo com a instituição.

Para que ocorra a Associação de Pais, Mestres e Funcionários e essa se torne legalmente apta a exercer suas funções dentro do estabelecimento de ensino, é de extrema importância manter a documentação exigida atualizada, sendo:

- Ata da Eleição da Diretoria Atual, registrado em Cartório;
- Estatuto registrado em cartório de títulos e documentos – Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- Cartão de Inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ;
- Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado;
- Lei de Utilidade Pública;
- Certidão Negativa de Débito do INSS;
- Declaração de Imposto de Renda anual;

- DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Financeiros;
- Prestação de contas em dia dos recursos federais e estaduais recebidos;
- Demais documentos exigidos pela legislação vigente.

A implantação se dá através da reunião com a Comunidade Escolar para propor a criação de uma APMF no Estabelecimento de Ensino e, em seguida a discussão para a elaboração do Estatuto, seguindo orientações sugeridas pela SEED. Após esse processo ocorre a montagem das chapas para compor seus integrantes e a eleição, com a participação efetiva da comunidade escolar é composto à lista de votantes, a mesa apuradora e escrutinadora, mediante voto secreto, registrando em ata própria, todas as etapas do processo eleitoral. Após a apuração será dada a posse da nova Diretoria e Conselho Deliberativo e Fiscal.

O estatuto será elaborado através de Assembléia Geral extraordinária, com devido registro em ata, após a homologação e registro deste Estatuto da APMF em Cartório de Títulos, Documentos e Registro dos membros da Diretoria e do Conselho Deliberativo e Fiscal no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas, mediante a apresentação dos documentos exigidos. A APMF deve ser registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), junto ao ministério da Fazenda, com a inscrição no CNPJ efetivada a APMF deverá preencher o formulário da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), e entregá-lo na Agência da Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil. Com a parte burocrática findada o presidente ou 1º tesoureiro deve abrir a conta bancária para movimentação dos valores arrecadados. Com todos os procedimentos compostos e legalizados a APMF deverão proceder à entrega da Declaração de Isenção de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.

2.5 Eleição para diretor

Paro (2001, p. 64) situa o momento histórico das eleições nas escolas:

[...] a reivindicação da escolha de diretores escolares por meio do processo eletivo em âmbito nacional, é fenômeno que se inicia nos começos da década de 1980, no contexto da redemocratização política do país – em vários estados, iniciam-se processos de eleição diretores escolares na primeira metade dessa década, com a ascensão dos primeiros governadores estaduais eleitos após a ditadura em 1964.

Em 1989, vários estados estruturam em suas constituições a obrigatoriedade da eleição como critério de nomeação dos gestores nas escolas públicas. De acordo com o pouco comprometimento de alguns governantes, ao final da década de 80 e início da década 90 entram com Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra as eleições, com intenção de proteger interesses político com práticas clientelistas.

A eleição de gestores através da democracia, só pode ser votada após a efetiva construção e homologação do PPP, além do voto direto, os diretores podem ser eleitos através de nomeação pelo chefe do Poder Executivo, chamados de “cargos de confiança” podendo haver substituição a qualquer momento. Através de concurso e prova de títulos, mas esse método não é utilizado nas escolas estaduais do Paraná no momento, pois não corresponder aos objetivos educacionais e políticos da escola e não tem maior embasamento com as formas da gestão democrática, nesse caso o diretor pode se capacitar e se aperfeiçoar caracterizando habilidades técnicas e a eleição direta que envolve todos os segmentos da escola, os candidatos são motivados por vontade própria e eleitos através de voto secreto caracterizando a democracia. Para finalizar também há o esquema misto que pode envolver diferentes combinações de processos, garantindo a participação em partes da comunidade escolar. A eleição de diretores se encontra em evidência e é assunto de atualidade nas escolas estaduais, visto que no ano de 2014 ocorrera o processo eleitoral na maioria das escolas do Paraná.

2.6 Grêmios estudantis

O grêmios é uma organização sem fins lucrativos que representa a voz ativa dos estudantes e que tem fins cívicos, culturais, educacionais, desportivos e sociais, sendo o órgão máximo de representação dos estudantes dentro das escolas.

A constituição do Grêmios dentro das escolas tem apoio da SEED, visto que é o caminho para democratização das escolas, desta forma deve ter o apoio dos gestores escolares para construção de uma gestão colegiada.

O envolvimento dos Grêmios Estudantis com a gestão escolar é o primeiro passo para construção de uma vida escolar com formação social, cultural e política.

A constituição do Grêmio pode ser composta pela participação de um representante de cada turma ou série, seguindo a legislação vigente onde ocorrem reuniões até a efetivação da composição.

2.7 Programas de governo.

Os programas são desenvolvidos pelo governo Federal e oferecidos em parceria com a Secretaria de educação do Estado do Paraná, visam à melhoria do ensino e a educação pública com mais qualidade, sendo através de capacitações dos profissionais da educação ou direta e indiretamente trabalhando com os alunos. Entre os programas com maior aderência no município de São José dos Pinhais, e que podem agregar desenvolvimento e conhecimento para os alunos da educação no campo que não possuem muitas opções de atividades diferenciadas, podemos destacar:

Escola Aberta: Atividades nas escolas para a comunidade durante os finais de semana, como a comunidade não possui opções de lazer, esporte ou mesmo encontros que estimulem a vivência em sociedade, a oferta deste programa visa trazer a comunidade para dentro da escola e também desenvolver atividades que auxiliem a socialização entre corpo docente e comunidade.

Fica Comigo: Combate à evasão escolar nas escolas estaduais do Paraná, este programa estimula a permanência dos alunos na escola, visto que a comunidade possui casos de evasão devido a necessidade da inclusão dos adolescentes no mercado de trabalho em busca de uma realidade mais digna, o programa traz o acompanhamento junto ao Ministério Público, promotoria do Município e Conselho Tutelar.

Formação pela Escola: Cursos de capacitação para profissionais que trabalham junto às ações do FNDE, visando à melhoria na qualidade do ensino e na qualificação profissional dos professores e funcionários.

Mais Educação: Programa que visa melhorar o ambiente escolar, oferecendo atividades em várias áreas, o programa traz a proposta da escola integral, tirando das ruas os alunos no contra turno, oferecendo atividades que desenvolvam raciocínio, interação de grupo, esporte e apoio escolar de português e matemática.

Paraná Alfabetizado: Alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais de idade, o programa visa atender além dos alunos de evasão, os pais de alunos que devido à pesquisa possuem escolaridade inferior ao Ensino Primário.

Parfor: Programa Nacional de Formação de Professores, capacitando os profissionais que desejam uma segunda licenciatura ou requerer a mesma para ampliar as opções de aulas em mais de uma área, desta forma aumentando o potencial profissional dos professores e estimulando a manter vínculo com as escolas de campo.

Plano de Desenvolvimento da Escola: PDE-Escola. Oferece apoio técnico e financeiro para escolas.

Profucionário: Formação profissional para funcionários de instituições públicas de ensino.

Programa Banda Larga nas Escolas: Tem como objetivo conectar todas as escolas públicas urbanas à internet, esta é uma deficiência das escolas de campo, onde muitas não possuem acesso a internet e telefonia, esse programa traz a informatização para dentro da escola .

Programa Dinheiro Direto na Escola: Assistência financeira às escolas da educação básica.

Programa Nacional de Alimentação Escolar: Mínimo de uma refeição diária para 37 milhões de alunos, estimulando a alimentação balanceada e com apoio nutricional, onde muitos alunos não possuem disponibilidade de alimentação em suas residências.

Proinfo: Uso pedagógico de informática e cursos para professores e gestores, onde as escolas podem adquirir laboratórios de informática para uso nas aulas e para elaboração do material didático de uso em sala.

3. Metodologia

O presente trabalho é de natureza aplicada com abordagem qualitativa.

Será elaborada uma pesquisa descritiva, de campo, com questionários que irão coletar dados junto aos educadores, alunos e comunidade de três escolas estaduais de campo no município de São José dos Pinhais. Com o objetivo de traçar

o perfil da gestão nas escolas de campos e a participação da comunidade escolar dentro da instituição.

Os resultados serão analisados e comparados para averiguar a participação da comunidade, sua motivação e interesses relacionados à gestão escolar, posteriormente serão socializados com o corpo docente, funcionários, direção, membros do CE e Grêmios Estudantil, com o objetivo de efetivar a participação de cada segmento e incentivá-los na criação de projetos pertinentes que obtenham a participação efetiva dos pais e alunos na construção de uma educação de qualidade pleiteada pela democracia participativa.

A implantação de projetos que visam trazer a comunidade para dentro da escola será um passo posterior aos dados e socialização, pois se necessita da preparação das equipes para realização de capacitação junto aos professores e funcionários e efetivação da composição, participação e capacitação do Grêmios estudantil, bem como a abertura de processos de solicitação da aderência aos Programas de Governo.

4. A Organização

4.1 Descrição geral:

A pesquisa foi realizada em três Escolas Estaduais que se localizam na área rural do município de São José dos Pinhais, atendendo a comunidade dos bairros da colônia Malhada, Colônia Murici e Colônia Marcelino: Colégio Estadual Irmã ambrósia Sabatovich, Colégio Estadual Colônia Malhada e Colégio Estadual Colônia Murici. As três escolas possuem juntas um quadro profissional composto por um total de 85 professores ativos e 3 afastados entre QPM e PSS, agente educacional I – infra-estrutura e merendeiras com um total de 16 funcionários, agente educacional II- técnico administrativo com um total de 10 funcionários entre QFEB e PSS , 6 pedagogos entre QPM e PSS e cada escola possui apenas 1 diretor geral e 1 secretária escolar.

De acordo com o número de alunos matriculados, as escolas possuem um atendimento total de 1022 alunos em Ensino Fundamental de 6º a 9º ano, 552 alunos de Ensino Médio de 1º a 3º ano, uma das escolas possui 11 alunos em atendimento especializado e reforço escolar e duas possuem atendimento integral

através de programas de governo como o Programa Mais Educação com um total de 116 alunos matriculados.

A verba auferida do Estado pelas três escolas juntas através do Fundo Rotativo gera um montante de R\$ 83.943,94, outras verbas referente à cota extra para complementação da merenda escolar gera um montante de R\$ 3.905,74, cotas para consumo e serviços foi distribuído às escolas gera um valor total de R\$ 25.114,80 e todas as escolas receberam uma cota extra para efetivação da Brigada Escolar com um total de R\$ 7.500,00 e houve necessidade de uma das escolas solicitar uma verba como cota extra de R\$ 13.995,00 para reparos emergenciais.

No que diz respeito a instalações, o Colégio Estadual Colônia Murici é o antigo Colégio Sagrada Família fundada em 1907, a escola possui prédio próprio da mesma forma que o Colégio Estadual Irmã Ambrósia Sabatovich que recebeu o prédio e foi fundada em 2006 onde ambos são localizados em colônias que vivem descendentes de ucranianos e poloneses, os quais procuram preservar suas tradições, e costumes, essas duas escolas são administradas por uma gestão de cunho religioso, ressaltado em ambos os PPP a educação cultural e religiosa, o Colégio Estadual Colônia Malhada tem sua fundação datada em 1999 e compartilha o prédio da Escola Rural Municipal Professor Alfredo José Eichel E.I.E.F. Ambas as escolas possuem infra-estrutura adequada e aprovada pela Vigilância Sanitária para atender os alunos da comunidade, isso inclui dependências básicas como banheiros, salas de aula, laboratório, biblioteca sala dos professores e dependências administrativas.

4.2 - Diagnóstico da situação-problema

De acordo com os Cadernos Temáticos: Educação do Campo (2005, p.61) temos que:

“Assim, a identidade da escola do campo é definida a partir dos sujeitos sociais a quem se destinam agricultores (as), familiares, assalariados (as), assentados (as), ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombolas, enfim todos os povos do campo brasileiro.”

Sendo assim, a identidade da escola, deve ser levada em consideração para sustentar o processo educativo conforme o documento citado acima (2005, p.61):

“Os princípios da educação do campo são como raízes de uma árvore, que tira a seiva da terra (conhecimentos), que nutre a escola e faz que ela tenha flores e frutos (a cara do lugar onde ela está inserida). Os princípios são o ponto de partida das ações educativas, da organização escolar e curricular, do papel da escola dentro do campo brasileiro.”

Após averiguação dos questionários da pesquisa de campo e de acordo com o que institui o conceito de Gestão Democrática dentro dos ambientes escolares, foi verificada a necessidade em primeira instância da participação efetiva do CE dentro das escolas, ambas possuem a formação do CE de forma a cumprir com as normas exigidas pela SEED e em grande maioria com indicação através da direção escolar. Podemos verificar que raramente o CE é reunido para discutir problemas e almejar soluções dentro da escola, as reuniões ocorrem em situações emergenciais, visto que em algumas das escolas não ocorreu reuniões no ano letivo atual e no ano anterior.

Na composição da APMF a escolha da chapa é feita para cumprir a normativa e não possui participação efetiva dentro dos estabelecimentos, por se tratar de uma comunidade de classe média baixa em sua maioria, não há efetiva participação da comunidade em contribuir com valores para auxílio financeiro à escola, somente quando solicitada a comunidade se propõe a ajudar, e a mesma também não promove alguma forma de arrecadação prevista em estatuto e liberada pela legislação.

A eleição de diretores ocorre somente em uma das escolas, pelo motivo da mesma ocupar o espaço em compartilhado com o município, esta segue os princípios e padrões de eleição de diretores de todas as escolas da rede estadual do Paraná, nas outras duas escolas as diretoras são irmãs da Congregação Servas de Maria e são indicadas pela Madre Superior, não cabendo a indicação direta ou indireta pela SEED, não há eleição democrática para direção mesmo a escola sendo mantida por verbas do Estado, de acordo com a pesquisa de campo elaborada com alguns professores, foi unânime a discordância em serem convidados a participarem nas decisões da escola ou em questões administrativas como na distribuição da verba. Os professores se dividem na questão da exigência de eleições, pois nenhum tomou frente a interesse em compor uma chapa para eleições, os profissionais acreditam que há necessidade de mudanças na gestão, mas não tomam a frente do processo, principalmente porque o número de profissionais que se enquadram como

QPM se aproxima ou iguala ao número de profissionais temporários PSS e também pelo fato de receio a sofrerem represálias por se tratarem de instituições com gestão religiosa. Os professores e funcionários não são contra a gestão religiosa e os costumes de orações e imagens de santos dentro da escola, mesmo o Estado sendo laico não há restrições, pois a grande maioria da comunidade, em torno de 95% é da religião católica cristã, isso também se aplica aos professores e funcionários, e os integrantes da comunidade que são adeptos a outras religiões, por ser minoria não se manifestam nem contra e nem a favor.

Essa temática de valores éticos, políticos e religiosos é bem definido na consulta ao PPP de cada escola, duas possuem destaque para essa forma de ensino de tradições e costumes das colônias e colocam toda a gestão em prol dos ensinamentos religiosos e tradições ucranianas e polonesas.

Os programas de governo e capacitações oferecidas pela SEED e outras instituições não são aproveitadas pelas escolas de forma abrangente, visto que através da pesquisa com os profissionais de ensino, há certa diferenciação entre professores QPM e PSS, onde os cursos com vagas restritas são oferecidos aos professores QPM em primeira instancia e se houver possibilidade e vagas em aberto, há a oferta aos professores PSS, isso ocorre com os funcionários da mesma forma. As escolas não promovem palestras ou capacitações diferenciadas, mas todos participam das Semanas Pedagógicas que fazem parte do calendário escolar, sendo a única capacitação com total aproveitamento pelos professores.

Como perfil traçado em relação à gestão democrática, verificasse a falta de motivação aos professores e mesmo alunos das instituições, à distância e a falta de recursos de comunicação traz um estreitamento com a realidade dos NREs, ocorrendo a não participação em capacitações e eventos que envolvam todas as escolas estaduais.

O Grêmio estudantil é composto em apenas uma das escolas e não possui a participação almejada, os alunos não têm motivação para aderirem a projetos ou mesmo criar projetos diferenciados com parceria da gestão escolar, a comunidade presente dentro da escola é formada pelos pais de alunos que não precisam de acompanhamento diferenciado, sendo que os pais de alunos com dificuldade raramente se fazem presentes na escola. A dificuldade e o retardamento da contratação de PSS para suprir as aulas, ou mesmo as funções administrativas,

fazem as escolas a não aderir a programas dentro da instituição de ensino, por não ter certeza de profissionais para suprirem as vagas.

Essa participação democrática não efetiva por parte da comunidade, também se destacada como pressuposto a baixa escolaridade dos pais dos alunos, em pesquisa realizada para formação do PPP de cada escola, percebe-se que a maioria possui Ensino Fundamental incompleto, mesmo na tentativa de parceria com o CEEBJA de São José dos Pinhais, os índices de escolaridade são baixos e não há interesse por parte dos pais em se capacitar e usufruir dos conhecimentos adquiridos através dos estudos.

A comunidade desconhece os valores recebidos pelo Estado e sua aplicação na escola e não apresentam satisfação com relação à gestão, mas grande parte uma comunidade é de vivência religiosa, acreditam que a gestão é imposta e não opcional de eleição, pois não se faz presente a eleição de diretores como nas outras escolas estaduais, a comunidade não possui conhecimento sobre a legislação do Estado e a preocupação maior é terem os filhos matriculados e freqüentando a escola, desconhecendo os benefícios que o Estado proporciona com os programas de governo e verbas enviadas durante o ano letivo.

5. Proposta

5.1 – Proposta Geral

A gestão democrática é baseada em princípios de descentralização, onde as decisões são tomadas de forma não hierárquica, a participação que se efetiva pela presença constante de todas as instancias do colegiado e da transparência onde todas as decisões e ações tomadas pela escola sejam de conhecimento de todos.

Partindo desses três princípios, o primeiro passo a ser tomado dentro das instituições é a participação clara e efetiva do CE, havendo reuniões com agendamento prévio e bimestrais, formalizadas através de Atas de convocação, para discutir o andamento da instituição, aplicação de verbas e toda e qualquer atitude tomada pela gestão escolar em relação aos alunos, professores, funcionários e ao patrimônio público. Também havendo convocação do CE juntamente com a APMF para discussão da aplicabilidade da verba recebida através do Estado. Essas reuniões devem se tornar rotineiras mesmo que sejam apenas para apresentar

resultados obtidos pela instituição, ou discussão de índices como o IDEB escolar, a evasão e aproveitamento de alunos com destaque.

Na pesquisa realizada com os alunos, verificasse que não há muita atração na comunidade que motive a participação conjunta e encontros entre os membros da mesma, incluísse desta forma no projeto a aderência das escolas ao programa “Escola Aberta” do Governo Federal, que incentiva e apóia a abertura, nos finais de semana, das unidades escolares públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social, a estratégia potencializa a parceria entre escola e comunidade ao ocupar o espaço escolar aos sábados e/ou domingos com atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho e geração de renda oferecida aos estudantes e à comunidade.

Também a aderência ao Programa Mais Educação, oferecido pelo Governo Federal, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, onde aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educação da comunicação, educação científica e educação econômica. O programa visa melhorar o ambiente escolar nas escolas onde os alunos têm baixo aproveitamento de estudos ou a comunidade é carente, visto que através da pesquisa da composição familiar sócio educativa, os estudos efetivados pelos pais dos alunos não passam do ensino Fundamental incompleto em sua maioria, o programa visa trazer auxílio no desenvolvimento do aluno através de atividades físicas e raciocínio lógico para suprir a deficiência de ensino que possuem em sua residência, preparando com maior qualidade o aluno para seguir para o Ensino Médio e vestibular para entrar em Instituições de Ensino superior e preparando cidadãos para o convívio em sociedade.

De acordo com os aspectos pedagógicos da família e de acordo com os índices de escolaridade dos pais, Nogueira (1998) explica que a participação dos pais na vida escolar dos seus filhos, pode influenciar, de modo efetivo, o desenvolvimento escolar dos mesmos.

No ambiente escolar encontramos diversos tipos de pais, os atentos e preocupados com a vida escolar do educando, os pais que aparecem no final do ano letivo tentando resgatar uma aprovação, os pais que trabalham mais de 40 horas semanais e não possuem tempo para freqüentar a escola em reuniões ou

chamamentos pedagógicos, os pais despreocupados com os filhos ou aqueles que se preocupam quando a criança reprova em duas ou mais disciplinas.

É de extrema importância sensibilizar os pais para participarem da vida escolar do aluno e no desenvolvimento da instituição de ensino, pois grande parte do tempo diário as crianças permanecem no âmbito escolar, sendo um prolongamento do próprio lar.

Para os pais essa participação ativa não deve envolver somente os cuidados com os filhos e sim envolver a participação nas tomadas de decisão escolar no âmbito administrativo, a participação das questões pedagógicas envolvidas com todo o colegiado e também na participação das decisões dos professores em sala de aula.

Partindo desse pressuposto e de acordo com os indicadores de pesquisa aplicados nas escolas de campo, há necessidade da aplicação do “Projeto Pais Presentes na Escola”, para cumprir com essa missão juntam-se Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário e Secretarias Estadual e Municipal de Educação, esse projeto consta como escola piloto algumas instituições da área urbana, escolas mais centrais que apresentaram problemas na participação dos pais, devido à comunidade ser dispersa, sendo cada família de um bairro diferente.

O presente projeto fundamenta-se na Lei 9.394/96 – LDB (lei das Diretrizes e Bases da Educação) Art. 5º Inciso III “Zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola”. No Artigo 227 da Constituição Federal “É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Na Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente ECA) Art.129.V “São medidas aplicáveis aos pais ou responsável: obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua freqüência e aproveitamento escolar” e Art 56. II “Os dirigentes de Estabelecimentos de Ensino comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de: II Reiteração de faltas injustificadas de evasão escolar, esgotados os recursos escolares”.

O projeto traz como proposta pedagógica a participação efetiva dos pais dentro do ambiente escolar, participando de forma democrática na vida escolar dos filhos e na tomada de decisões por parte das instituições de ensino. Desta forma o

projeto visa melhorar o desempenho escolar; estabelecer vínculos e parcerias com a contribuição dos pais e alunos; estreitar laços com instituições privadas; divulgar informações de cunho administrativo e pedagógico, bem como a iniciativa de opinião nas decisões escolares; abrir canais de comunicação mais acessíveis a comunidade e aos pais; compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civil e social; posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais do cotidiano escolar, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas; promover a discussão entre a escola e a família sobre assuntos e preocupações que fazem parte do desenvolvimento do ensino aprendizagem e convívio social; intensificar a formação de hábitos, atitudes e valores, integrar os pais e educadores em ações conjuntas que promovam o desenvolvimento educacional; ético e o bem estar do educando, sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da presença dos pais na escola, interagindo com seus filhos e demais membros da comunidade escolar; criar espaços de convivência para que pais e filhos se aproximem e desenvolvam um vínculo afetivo e de ajuda mútua; proporcionar a aproximação e a cooperação entre Entidades executoras e as Entidades parceiras, bem como de outros setores da comunidade. Desta forma o projeto coloca em pratica os princípios básicos da gestão democrática de descentralização, participação e transparência.

A criação do Grêmio estudantil se torna relevante, visto que nenhuma das escolas pesquisadas possui a interferência e participação dos alunos na construção de uma democracia, a constituição do Grêmio estudantil possui estatuto próprio e traz a necessidade da construção democrática por parte e interesse dos alunos, o grêmio visa auxiliar a gestão escolar em diversas áreas, criado como proposta e parceria com a direção do colégio, não tendo cunho político e nem fins lucrativos, partindo deste pressuposto esclarecer que o grêmio vem trazer benefícios à escola e não trabalhar em oposição à gestão escolar. Como meio de orientação e capacitação para os alunos e comunidade, visam palestras e informativos mais abrangentes que façam referencia a democracia participativa dentro da instituição de Ensino.

5.2 Desenvolvimento da proposta

Como constatado através da pesquisa de campo, o CE raramente esta presente dentro das instituições, reunidos apenas em questões emergências de indisciplina de alunos, como principio de aplicação do projeto, visa o agendamento bimestral em calendário das reuniões do CE para discutir e analisar os índices de desenvolvimento das escolas, tomando como inicio o ultima trimestre do ano letivo de 2013, pois foram divulgados os índices do IDEB e também a aplicação da verba restante do PDDE e Fundo Rotativo que são liberadas nesse trimestre. Incluindo na questão uma das escolas possui algumas das verbas com previsão de liberação após a organização da prestação de contas, levando em consideração o auxilio do CE para findar esse processo.

Também nesse ultimo trimestre de 2013, reunir os membros da APMF para traçar estratégias de participação dos pais em conjunto com eventos para arrecadação de verbas extras para melhoria do ambiente escolar e para suprir necessidades emergenciais ou em contraproposta organizar um mutirão para o final do ano com intuito de melhorias na escola, como pintura e limpeza, a APMF possui caráter não político e sem fins lucrativos, mas pode visar à arrecadação de valores para melhorias que não cabem na aplicação das verbas recebidas pelo Estado, ou para suprir necessidades emergenciais. As reuniões do CE e APMF podem ser realizadas em conjunto para ambos não ferirem o estatuto de cada categoria e trabalharem juntos de forma democrática.

Como participação efetiva dos alunos na construção da democracia, colocando efetivamente a criação do Grêmio estudantil nas escolas de campo, como maneira de auxiliar principalmente em Programas de Governo como a Escola Aberta, é de extrema importância a participação direta e indireta de alunos para efetivação e sucesso do programa, pois é através dos alunos que conseguimos opiniões e dicas de como tornar o projeto atrativo para a comunidade escolar, visando à participação mútua de grande parte dos alunos, a constituição do grêmio será colocado em pauta no planejamento de 2014, visto que a data final para enviar a constituição da chapa era 30/08.

Os projetos de governo como a escola Aberta e o Programa Mais Educação deve haver a solicitação da abertura do processo, para gerar demanda de profissionais e monitores para o programa, além disso, também uma pesquisa

pertinente a necessidade de cada oficina, o que é necessário e mais atrativo à participação da comunidade e dos alunos, também a disponibilidade do espaço da escola no contra turno, pois a participação dos alunos gera um período integrado, a solicitação e abertura de processo ficaram para 2014 junto com o planejamento da abertura de turmas do próximo ano letivo.

Para que todos os membros do colegiado tenham acesso às informações relativas ao colégio e avisos do NRE e SEED foi criado um e-mail institucional de cada escola com o cadastro dos professores por grupo, para que assim sejam repassadas as informações a todos os profissionais incluindo os membros da APMF e CE. Através deste e-mail serão disseminadas propostas de gestão democrática com o intuito de motivar os professores a participarem da eleição de diretores no ano de 2014 ou enviarem opiniões relevantes para a mudança e aprimoramento da gestão atual, em prol da gestão democrática, visando à parceria em todos os segmentos do colegiado em busca de um objetivo comum: a educação pública nas escolas de campo com qualidade.

Haverá uma bateria de reuniões com os pais e alunos, com apoio pedagógico esclarecendo informações e assuntos pedagógicos de cada escola, as reuniões poderão ser marcadas de acordo com cada série, abordando o objetivo do Projeto Pais Presentes instituído no município de São José dos Pinhais, essas reuniões começam aos poucos e farão parte efetiva do calendário escolar nos próximos anos letivos, bem como o acompanhamento direto de pais e professores a alunos com dificuldades e com tendência a evasão escolar, desta forma em cada reunião tomarão conhecimento do andamento da educação dos filhos e do processo de gestão da escola, colocando em pauta a transparência da prestação de contas.

5.3 Plano de implantação

	Setembro / 2013	Outubro / 2013	Novembro / 2013	Dezembro / 2013	2014
Reuniões CE	X		X		X
Reuniões APMF	X		X		X
Constituição Grêmio Estudantil					X
Implantação do Programa Mais Educação					X
Implantação do Programa Escola Aberta					X
Projeto Pais Presentes (intercalando as séries com reuniões pedagógicas)		X	X	X	X
Eleição de Diretores					X
Palestras para pais, tomando conhecimento do Projeto Pais Presentes.		X			X

5.4 – Recursos

Na questão dos recursos de implantação, as reuniões podem ocorrer dentro dos estabelecimentos de ensino, buscando utilizar o espaço e a estrutura de cada escola, mesmo a que não possui auditório ou sala de reuniões, qualquer espaço vago dentro do Estabelecimento pode ser usado para reuniões do CE, APMF, Grêmio Estudantil e mesmo as reuniões com os pais e alunos no geral, intercalando cada série em uma data diferente para não exceder o número de pessoas que venham a participar das reuniões, esses espaços podem ser constituídos a partir de salas de aulas vagas no período noturno.

Com relação à aderência do projeto escola aberta, nos finais de semana a escola não é utilizada, desta forma possui os espaços e quadras poliesportivas disponíveis para utilização nas atividades do projeto, haveria mobilização para participação de voluntários nas atividades, constituindo através do grêmio estudantil e de professores e funcionários do estabelecimento, podendo haver acordos internos de troca de dias, por exemplo, o funcionário atenderia a escola no domingo,

mas trocaria com um dia de semana de acordo com a legislação do Estatuto do Servidor Público.

O programa Mais Educação deve ser constituído através de processo onde ocorre a solicitação de abertura, para contratação de professores e monitores e aderência as oficinas que atendam a necessidade da comunidade escolar, há necessidade de verificar espaços físicos para o ano de 2014, pois as oficinas ocorrem no contra turno das atividades e cabe ao pedagógico verificar junto aos alunos e a comunidade escolar as oficinas que sejam atrativas e que possuam real necessidade para o desenvolvimento dos alunos.

O principal vínculo de informação será via e-mail, pois cada professor poderá receber as informações de acordo com o acesso ao e-mail e poderá ser repassado a todos e todas de forma abrangente.

5.5 - Resultados esperados

A gestão democrática tem sido referência em temas de freqüentes debates, reflexões e iniciativas públicas na área educacional. Atualmente, o principio mais relevante da democracia tem feito referencia a eleição de diretores e diretoras nos estabelecimentos de ensino.

A proposta apresentada nesta pesquisa traz consigo o papel principal de trazer a comunidade para dentro dos estabelecimentos de ensino, com isso, motivando os profissionais de educação a participarem das eleições para diretores.

Frente à deficiência de comunicação entre os gestores atuais e as instâncias do colegiado, a proposta espera resultados positivos na participação mais efetiva do CE, da AMPF, da consolidação do Grêmio Estudantil, na aderência aos Programas de Governo e Projetos municipais, bem como trazer os pais de alunos e alunos a participarem e tomarem mais conhecimento do andamento da gestão escolar, fazendo jus aos princípios da Gestão Democrática.

Com a pratica constante de reuniões e debates entre comunidade, profissionais de educação, gestores e alunos, e o estreitamento da relação entre a gestão democrática e os demais profissionais de educação, a proposta traz consigo a motivação para os demais integrantes do corpo profissional participar das eleições em 2014.

Na aderência aos Programas de governo, esperasse a participação efetiva de pelo menos 150 alunos em contra turno em cada uma das três escolas, com a pratica de atividades que visam o desenvolvimento e a melhora na qualidade da educação pública, auxiliando principalmente os alunos com maior dificuldade.

Através da proposta da efetivação do Grêmio Estudantil, verificar a participação dos alunos na construção da gestão democrática, junto ao grêmio determinar as necessidades da organização e reflexão sobre os princípios de cada instituição de ensino e colocar os alunos junto à discussão nas participações em reuniões com o CE e APFM, onde a mesma sugere e acompanha as atividades propostas.

5.6 - Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas

A democracia é um tema de extrema importância que deve ser debatido dentro das escolas públicas em todo o Estado, com uma visão aprimorada da gestão democrática os gestores podem aderir aos programas de governo e tornar efetiva a participação das estâncias do colegiado dentro das decisões da escola. A principal restrição mediante a proposta de iniciação democrática nas escolas de campo de São José dos Pinhais é a aceitação por parte da Congregação Servas de Maria, onde as medidas que foram sugeridas na pesquisa sejam implantadas em cada escola de forma efetiva e periódica, esclarecendo as mesmas que todo o Estado trabalha em prol de uma gestão democrática com isso melhorando a qualidade da educação pública no Paraná. Com isso, antes da implantação da proposta, pretende-se estender a ponte de comunicação com a Congregação, colocando em pauta que toda mudança é em prol da melhoria da educação e pelo zelo ao Patrimônio Público do Estado do Paraná.

6. Conclusão

A participação efetiva do CE, APMF e Grêmio estudantil e a aderência aos Programas de governo pode não trazer as mudanças necessárias para a efetivação da Gestão Democrática dentro das escolas de campo em São José dos Pinhais, visto que maioria das escolas de campo da região são submetidas aos princípios de gestão da Congregação Servas de Maria, onde o ponto de partida é a motivação da

comunidade e dos profissionais que atuam nessas escolas a construir juntos uma democracia.

Partindo do pressuposto que o Estado é laico e que a legislação vigente deve ser igual a todos dentro do território brasileiro, e aplicando os três princípios básicos da democracia, há o resgate dos profissionais a tomarem frente da participação nas decisões do colegiado.

Concluiu-se desta forma que as escolas possuem estrutura para atender com mais qualidade os alunos e a comunidade, falta uma visão mais abrangente por parte das gestões atuais, isso pode ser resgatado através de capacitações e a participação efetiva da comunidade com aceitação de novas idéias agregadas pelos profissionais que atuam nesses estabelecimentos. A principal manifestação deve ser de dentro para fora, reformulando os princípios da atual gestão, respeitando os direitos e deveres de cada participante do colegiado de forma íntegra.

Desta forma a gestão democrática participativa começa a fazer parte do cotidiano escolar, melhorando o ensino e o zelo pelo patrimônio público, cuidando na formação de seus alunos para terem a preparação necessária para atuarem como cidadãos informados, ativos, participativos e exigentes.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ângela. ***Aceita um conselho? Como organizar os colegiados escolares.*** São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI N^o. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O. U. de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente . Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 D.O.U. de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

GADOTTI, Moacir. **Projeto Político- Pedagógico da Escola - Fundamentos para a sua realização.** In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, J.E.(orgs.). *Autonomia da escola: princípios e propostas.* 5^a edição, São Paulo: Cortez, 2002.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/](http://pt.wikipedia.org/wiki/Gest%C3%A3o_Democr%C3%A1tica) Gestão Democrática – acesso em 18/09/2013

<http://celepar7.pr.gov.br> APMF – Associação de Pais, Mestres e Funcionários – acesso em 15/09/2013

<http://www.consultaescolas.pr.gov.br> – Colégio Estadual Colônia Malhada – acesso em 10/08/2013

<http://www.consultaescolas.pr.gov.br> - Colégio Estadual Colônia Murici – acesso em 10/08/2013

<http://www.consultaescolas.pr.gov.br> - Colégio Estadual Imã Ambrósia Sabatovich – acesso em 10/08/2013

NOGUEIRA, M. A (1998). **Relação família-escola: novo objeto na sociologia da educação.** Cadernos de Educação PAIDÉIA, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto, Fev/ago

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Caderno Temáticos da Educação do Campo. Coordenação da Educação do Campo– Curitiba: SEED – Pr., 2005.

PARO, Vitor Henrique (1996). **Eleição de diretores:** a escola pública experimenta a democracia. Campinas, Papirus.

PARO, V.H. **Escritos sobre educação.** São Paulo: Xamã, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública – 3^a ed. –** São Paulo: Xamã, 2004.

RESENDE, Lúcia M. G. Paradigma – **Relações de poder- projeto político – pedagógico: dimensões indissociáveis do fazer educativo**. In: VEIGA, Ilma P. A.(org.). Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. 23ª edição, Campinas, SP: Papyrus, 2007

ANEXOS

Questionário para profissionais de educação:

- Há quanto tempo à gestora esta na administração?
- Como ela foi eleita?
- A participação da comunidade se da:
 - () reuniões pedagógicas
 - () assinatura de boletim
 - () os pais por conta freqüentam para verificar o desenvolvimento do aluno
 - () pedagogos chamam os pais individualmente
 - () festas e comemorações
- A escola possui algum projeto como Mais Educação, Escola aberta ou outros, quais?
- Se sim, qual a freqüência que ocorre o programa?
- A escola participa de torneios e jogos municipais e intermunicipais?
- Em participação de greves e paralisações, como se da à participação dos professores e funcionários?
- Como é distribuída a verba?
- Quais as prioridades com relação à verba?
- Há quanto tempo à escola não recebe uma reforma geral?
- A escola possui contribuição da APMF, em % aproximado quantos pais contribuem? (estimativa)
- A falta de professores é freqüente? Quando ocorrem os alunos são dispensados ou fazem atividades na escola?
- A escola promove atividades extraclases? Quais
 - () Passeios pagos pela escola
 - () Passeios pagos pelos alunos
 - () visitas a museus, feiras e parques
 - () viagens
 - () cinema
 - () outros: _____
- Como se da a pratica religiosa na escola?
- Como os alunos se comportam com relação à religião católica? (no caso de orações, imagens)
- A escola possui imagens de santos, crucifixos ou afins?
- Como são comemoradas datas festivas (independência, dia do índio, dia de santo)? Os alunos são participativos?
- A escola oferece cursos além dos oferecidos pelo Estado?
- A escola inscreve os professores de forma democrática em cursos com vagas limitadas?
- Como acontece a semana pedagógica? São oferecidas palestras com convidados de fora? Ou é limitado aos textos oferecidos pelo NRE?
- Quem organiza a semana pedagógica?
- Os alunos são todos da comunidade?
- Como é composto o conselho escolar? Por indicação ou os professores se manifestam a participar?
- Com qual freqüência o Conselho Escolar é chamado na escola?
- A escola possui Grêmio estudantil?
- Existe composição da APMF e ela é ativa na escola?

Questionário para alunos:

1 - Com quem moram?

- Pais
- Avós
- Tios
- Somente com o pai
- Somente com a mãe

2 – Qual a renda familiar aproximada?

- Até 1 salário mínimo
- Até 2 salários mínimos
- Mais de 2 salários mínimos
- Recebe Bolsa Família
- Não respondeu

3 – Região de residência:

- Colônia Malhada
- Roça Velha
- Colônia Marcelino
- Antinha
- Contenda
- São Marcos
- Colônia Murici

4 – Distância da casa do aluno até a escola:

- Até 1 km
- de 1 km a 5 km
- de 10 km a 15 km
- Mais de 15 km
- Não respondeu

5 – Meios de transporte

- A pé
- ônibus escolar
- ônibus de linha
- Carro
- Bicicleta

6- Moradia

- Casa própria
- Casa alugada
- Casa cedida pelo patrão
- emprestada

7 – Quanto à etnia

- Branco
- Pardo
- Amarelo

- Negro
- Indígena
- Não respondeu

8 – Há quanto tempo mora neste local?

- Menos de 1 ano
- de 1 a 5 anos
- de 6 a 10 anos
- mais de 10 anos
- não respondeu

9 – Tendências religiosas

- Católica
- Evangélica
- Outras
- Ateu
- Não respondeu

10- Escolaridade dos pais

- Analfabeto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino Médio Incompleto
- Superior

11 – Profissão do pai:

- Agricultor
- Pedreiro
- Motorista
- Operador
- Outros

12 – Escolaridade da mãe:

- Analfabeto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino Médio Incompleto
- Superior

13 – Profissão da mãe:

- Agricultora
- Dona de casa
- Auxiliar de Serviços Gerais
- Funcionária Pública
- Outras

14 – Formas de lazer:

- Atividades esportivas
- Passeios com a família
- Visitas a lugares diferentes
- Passeios em praças, parques e shoppings
- Pescar
- Passeio com amigos
- Nenhum

15 – Quantas pessoas moram em sua casa:

- duas
- três
- quatro
- cinco
- seis
- sete
- oito
- nove
- dez

Questionário para a comunidade:

- Você entende sobre o tema: democracia?
- Você tem conhecimento sobre a Legislação Escolar?
- Você conhece os Programas de Governo que Estado oferece aos alunos e comunidade escolar?
- Você está satisfeito com a gestão da escola de seu filho (a)?
- Você é a favor da eleição de diretores, oportunizando mudança na gestão escolar?
- As verbas enviadas pelo Estado são de seu conhecimento, tanto no montante quanto na aplicabilidade dentro da escola?
- Há interesse em atividade nos finais de semana e período integral para seu filho (a) na escola que ele estuda?
- Você participa das reuniões em sua escola?
- Você costuma ir à escola para verificar o desenvolvimento de seu filho (a)?
- Se houver eleição para diretores em 2014, você participaria elegendo outro profissional?
- Teria interesse em participar ou permitir seu filho (a) a participar de algumas das instâncias do colegiado como APMF, Conselho Escolar ou Grêmios Estudantis?
- Você está satisfeito com a qualidade de ensino oferecido na escola de seu filho (a)?

APÊNDICES

DADOS SOBRE QUANTITATIVOS DE CADA COLÉGIO Colégio Estadual Colônia Murici Quantidade de Profissionais

Profissional	Quantidade
Diretor Geral	1
Secretária	1
Agente Educacional II – Administrativo	4
Agente Educacional I – Serviços Gerais	6
Pedagogos	3
Professores	31
Professores Afastados	0

Quantidade de Matrículas

	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Atividades Complementares
Turmas	12	6	3
Matrículas	427	239	86

Distribuição da Verba

Distribuição Mensal de Recursos pelo Fundo Rotativo por Cotas - Ano 2013

Cotas	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Total Cota
Cota Extra - Complementação da Merenda	0	0	0	660	0	0	0	0	660	0	0	0	1.320
Cota Extra - Serviços / Brigada Escolar	0	0	0	2.500	0	0	0	0	0	0	0	0	2.500
Cota Normal Consumo	0	2.195	0	4.450	2.223	2.223	0	2.223	4.425	0	0	0	17.741
Cota Normal Serviço	0	2.195	0	0	2.223	0	0	2.223	2.212	0	0	0	8.855

Colégio Estadual Irmã ambrósia Sabatovich

Quantidade de Profissionais

Profissional	Quantidade
Diretor Geral	1
Secretária	1
Agente Educacional II – Administrativo	3
Agente Educacional I – Serviços Gerais	5
Pedagogos	2
Professores	25
Professores Afastados	1

Quantidade de Matricula

	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Turmas	11	7
Matriculas	344	206

Distribuição da Verba

Distribuição Mensal de Recursos pelo Fundo Rotativo por Cotas - Ano 2013

Cotas	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Total Cota
Cota Extra - Complementação da Merenda	0	0	0	652	0	0	0	0	652	0	0	0	1.305
Cota Extra - Serviços / Brigada Escolar	0	0	0	2.500	0	0	0	0	0	0	0	0	2.500
Cota Normal Consumo	0	0	1.753	3.758	1.898	1.898	0	1.898	3.762	0	0	0	14.970
Cota Normal Serviço	0	0	1.753	0	1.898	0	0	1.898	1.881	0	0	0	7.432
Total Mês	0	0	3.506	6.911	3.797	1.898	0	3.797	6.296	0	0	0	26.207